

A REGULAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO DIREITO DE PROPRIEDADE EMPRESARIAL, CULTURA DIGITAL E TECNOLOGIA

Prof. José Laurindo de Souza Netto; Flavia Jeane Ferrari; Camila Stabach Mendes; Vitória Castro Silva; Soliane Simon Ferreira; Daniel Pieri Queiroz; Taylinne Dantas Ruas Cardoso; José Augusto Amaral Patrini Filho; Yumi Natalie Shimabukuro Corradi.

UNICURITIVA Campus Chile

Objetivos

1. Produção de conhecimento para a delimitação do direito de propriedade empresarial (que inclui o direito de propriedade intelectual e o direito de propriedade industrial) na ordem jurídica brasileira, considerada a problemática de apropriação de bens na sociedade capitalista.
2. Promoção de estudo interdisciplinar crítico do direito de empresa e do direito de propriedade empresarial na ordem jurídica brasileira correlacionado diretamente à economia, à tecnologia, à administração de empresas, à contabilidade, à filosofia, à sociologia e à ciência política.
3. Construção de racionalidades jurídicas renovadas para a delimitação do direito de propriedade empresarial na ordem jurídica brasileira, na perspectiva de construção da cidadania e dos escopos de sustentabilidade.
4. Construção de teorias necessárias ao processo de concretização do direito de propriedade empresarial na realidade social e econômica brasileira.

Metodologia

1. Análise crítica dos conceitos jurídicos tendo como paradigmas a dialética negativa, a filosofia da linguagem e a hermenêutica filosófica.
2. Análise histórico-social e interdisciplinar do direito e da propriedade empresarial.
3. Análise tópico-problemática do direito de propriedade empresarial, orientado pela filosofia prática e prudencial, de matriz aristotélica, pela filosofia da linguagem e pela hermenêutica filosófica.

Resultados

O presente projeto está sendo desenvolvido em grupo. Considerando-se que um estudo desta natureza requer a utilização de técnicas diferentes de trabalho, que se complementam para efeito de análise de resultados, a técnica, para observar e mensurar as características do objetivo específico deste trabalho, está sendo desenvolvida em etapas. A primeira etapa consiste em levantamento de bibliografia aplicável aos casos concretos, bem como da consulta à legislação especial e geral e à jurisprudência, em complemento ao que já vem sendo pesquisado pela proponente deste projeto. Nesse sentido, o agrupamento de informações será feito por meio de leitura e fichamento de obras, periódicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos e portais da internet. A segunda etapa constitui de um exame de casos concretos, para a escolha de situações que servirão de base para a pesquisa; Na terceira etapa, há a análise dos dados para o levantamento dos resultados quantitativos e qualitativos. Esclarece-se, por oportuno, que durante todas as etapas da pesquisa haverá a divulgação dos resultados parciais por meio de palestras, aulas, simpósios, mesas de debates e demais eventos científicos, além dos relatórios próprios a serem enviados a CAPES e também por meio da publicação de artigos e livros.

Conclusões

Conclusões:

A principal contribuição está na constatação de uma incursão a uma visão principiológica e contemporânea do Direito Empresarial, além de uma visão crítica para a fundamentação metodológica. Expor os resultados em artigos científicos individuais ou em co-autoria com os orientandos, para a publicação em periódicos “qualizados” pelo CNPq. Apresentação do resultado do trabalho em eventos institucionais de extensão – tais como palestras seguidas de debates – e de iniciação científica, no CONPEDI e em outros eventos

Referências:

Bertoncini, Mateus Eduardo Siqueira Nunes; Oliveira, Francisco Cardozo. As relações entre Estado e empresas no Brasil na perspectiva do regime jurídico de licitações: burocracia e formalismo no interesse da atividade empresarial, publicado nos anais do Conpedi de Salvador de 2018.

BOBBIO, Norberto. Jusnaturalismo e positivismo jurídico. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BONAVIDES, Paulo. Teoria do Estado. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1980. Oliveira, Francisco Cardozo. A tutela dos direitos autorais e tecnologia digital na perspectiva de sustentabilidade criativa. Tutela dos Direitos da Personalidade na Atividade Empresarial, Coord. Luiz Eduardo Gunther e Outros, Curitiba, Juruá Editora, 2011, p.. 255-279.

Padilha, Robson Ochiai, Oliveira, Francisco Cardozo. A função social na apropriação de bens ambientais: em busca de um referencial de sustentabilidade. anais do XIX Encontro Nacional do Conpedi – Fortaleza, 9 a 12 de junho de 2010.

Salles, Daniel Pereira de Camargo, Oliveira, Francisco Cardozo. A relação entre propriedade e liberdade de expressão na cultura digital, Revista de Estudos Jurídicos UNESP, Franca-SP, vol. 14, n.º 20, 2010, p. 9—28 ISSN 1414-3097.

SOUZA NETTO, José Laurindo dev. A evolução da jurisdição para uma perspectiva transformadora: a necessária compreensão crítica da realidade. Revista do Instituto de Direito Brasileiro. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Ano, v. 1, 2012.

SOUZA NETTO, José Laurindo de; CARDOSO, Cassiana Rufato. A Jurisdição Constitucional como instrumento potencializador da efetividade dos Direitos Humanos. Revista da Escola da Magistratura do Paraná. Curitiba: LedZe, 2013.

